

GUSTAVO BARBOSA AIRES PINHEIRO

**DIÁLOGOS ENTRE DIREITO E LITERATURA. O GRANDE SERTÃO:
VEREDAS: “*EXISTE É HOMEM HUMANO. TRAVESSIA.*”**

**Monografia apresentada como requisito
parcial à conclusão do curso de Direito
Noturno, Faculdade de Direito, Setor de
Ciências Jurídicas, Universidade
Federal do Paraná.**

**Orientadora: Profa. Dra. Vera Karam
de Chueiri.**

CURITIBA

2007

GUSTAVO BARBOSA AIRES PINHEIRO

**DIÁLOGOS ENTRE DIREITO E LITERATURA. O GRANDE SERTÃO:
VEREDAS: “*EXISTE É HOMEM HUMANO. TRAVESSIA.*”**

**Monografia apresentada como requisito
parcial à conclusão do curso de Direito
Noturno, Faculdade de Direito, Setor de
Ciências Jurídicas, Universidade
Federal do Paraná.**

**Orientadora: Profa. Dra. Vera Karam
de Chueiri.**

CURITIBA

2007

SUMÁRIO

RESUMO.....	
INTRODUÇÃO.....	4
1. DIREITO E LITERATURA. PORQUE DIALOGAR?: “FALAVA DAS FAVAS. MAS GOSTO DE TODA BOA CONFIRMAÇÃO.”	6
1.1. O DIREITO DA LITERATURA	10
1.2. O DIREITO COMO LITERATURA.....	11
1.3. O DIREITO NA LITERATURA	14
1.4. APONTAMENTOS SOBRE O DIREITO COMO DISCURSO, O SIMBÓLICO E A EXPRESSÃO ARTÍSTICA LITERÁRIA.	17
1.5. O MOTIVO SINGULAR E ESPECIAL PARA O DIÁLOGO COM O GRANDE SERTÃO: VEREDAS. “AGORA, QUE O SENHOR OUVIU, PERGUNTAS FAÇO” .	26
2. O PACTO EM “O GRANDE SERTÃO: VEREDAS”: “DIGO AO SENHOR: TUDO É PACTO. TODO CAMINHO DA GENTE É RESVALOSO.”	30
2.1. RECONTANDO A HISTÓRIA: “OU CONTO MAL? RECONTO.”	30
2.2. RIOBALDO, A CERTEZA NENHUMA: “A CONVERSA DOS ASSUNTOS PARA MIM MAIS IMPORTANTES AMOLAVA O JUÍZO DOS OUTROS, CACETEAVA. EU NUNCA TINHA CERTEZA DE COISA NENHUMA.”	37
2.3. APONTAMENTOS SOBRE O PACTO EM O GRANDE SERTÃO: VEREDAS: “EU OUVI AQUILO DEMAIS. O PACTO! SE DIZ – O SENHOR SABE. “.	38
2.3.1.CONDIÇÕES, CIRCUNSTÂNCIAS E PREÇO DO PACTO	
2.3.2. A DÚVIDA QUANTO AO PACTO “O PACTO NENHUM – NEGÓCIO NÃO FEITO. A PROVA MINHA, ERA QUE O DEMÔNIO MESMO SABE QUE ELE NÃO HÁ, SÓ POR SÓ, QUE CARECE DE EXISTÊNCIA.”	39
3. O APORTE AO DIREITO “AH, É UMA IDÉIA QUE VALE, ORA VEJA! ISSO A GENTE TEM DE CONCEBER TAMBÉM, É O BOM EXEMPLO PARA SE APROVEITAR...”	40
3.1. O DIREITO INSTITUÍDO COMO PACTO.....	40
3.2. PACTO COMO CESSAR DA DESCONSTRUÇÃO.....	40
3.3. DESCONSTRUÇÃO E A POSSIBILIDADE DE JUSTIÇA	40
CONCLUSÃO.....	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42

INTRODUÇÃO

O “direito” como disciplina, no meio acadêmico, convive, não se olvide, com os vestígios deixados pela intenção outrora cativa de ser ciência autônoma, aos moldes do positivismo e da visão Kelseniana de sistema: *“O positivismo jurídico e o legal apresentam, quanto à noção de sistema, pontos comuns: a) sistema como totalidade acabada; significa que é fechado, o que importa na ausência de lacunas. O direito constitui uma totalidade que se manifesta por meio de conceitos e proposições jurídicas, que guardam entre si conexão perfeita. De sorte que as lacunas são apenas aparentes, devidamente corrigidas pelo intérprete, não pela criação de uma nova disposição legal, mas pela sua redução à lei superior na hierarquia lógica; (...)”*¹

Começamos de tão árida proposição para pontuar que, de fato, é ainda recente e com seu berço nas pretensões positivistas embevecidas com a *ciência*, com a *modernidade* e suas outrora promissoras potencialidades, uma concepção de direito que tem por proposta deliberada construir uma teoria do direito acéptica e auto-suficiente.

E, se no meio acadêmico, a frustração com a proposição de construção de uma teoria jurídica consistente num sistema fechado e auto-referente, que deixava aberta uma clarabóia ao mundo, à vida, apenas no topo da pirâmide, consistente na *Gründnorm*, ou norma fundamental (esta proveniente de uma obscura realidade contingente de poder ou de vontade política, da qual talvez sequer cumprisse à ciência do direito ocupar-se), correspondeu sensível e compassada às frustrações do próprio ser humano com as aspirações e promessas da modernidade, fazendo que se trouxesse para dialogar, com o estudo do direito, elementos das mais diversas áreas das chamadas ciências humanas; na prática forense, contudo, no direito das peças processuais e das prolações decisórias, o mais “arejado” que o discurso jurídico logra

¹ FERRAZ, Jr. Tércio Sampaio. Conceito de Sistema no Direito, p. 33. in COLUCCI, Maria da Glória. Fundamentos de Teoria Geral do Direito e do Processo, p. 33-34

ser é quando reúne elementos do materialismo histórico, considerando na reflexão sobre a justiça, por exemplo, os referenciais da luta de classes.

Estas colocações, conquanto desesperançosas, prestam-se à lembrança de que, por alentadoras e até revigorantes que sejam incursões transdisciplinares como a presente, resta a sensação de que o *direito* como prática ‘da’ e ‘na’ vida, segue um curso tristemente alheio à vanguarda e ao caráter tão libertário do direito na academia.

1. DIREITO E LITERATURA. PORQUE DIALOGAR?: “FALAVA DAS FAVAS. MAS GOSTO DE TODA BOA CONFIRMAÇÃO.”

Este trabalho precisa começar da própria dificuldade de se fazer isto que, a partir desse “agora” de “há pouco”, fazemos: o escrever e, mais especificamente, o momento de gênese do escrever, o começar. A necessidade à qual fazemos menção revela, para além do caráter de contingência, algo de conveniência. A contingência está no fato de que falar da dificuldade de começar a escrever é, de certa forma, um jeito já não tão difícil de começar, e a sensação é de que seria, talvez, o único jeito viável. A conveniência, a par do provimento dos primeiros vocábulos a desencadear este discurso, está em que temos, nessa dificuldade de começar a escrever e que, de pronto, é assunto e pretexto para o começo da própria escrita, algo do que vem a ser uma “categoria”, por ora chamemo-lo “termo”, “vocábulo”, recorrente neste trabalho: a *ambigüidade*.

E apresentar o vocábulo assim, em aberto e de saída, obriga-nos aos passos seguintes, que são, propriamente, o trilhar dos rumos desses diálogos em que consiste o presente texto.

O título do presente trabalho, “Diálogos entre Direito e Literatura”, poderia bastar-se como expressão da proposta deste texto. Contudo, há que aclarar tal proposta, enunciada como está no título deste trabalho, por dois motivos, especialmente: um, que este texto é o primeiro trabalho de pesquisa no tema “Direito e Literatura” que escrevo e, portanto, sentir-me com os pés firmes para promover um diálogo entre estes dois “*discursos*” (chamemo-los, por ora, assim) é uma condição essencial da própria elaboração destes apontamentos; dois, como maneira de poder contar com pressupostos mínimos, aptos a prover a sensação de que a interlocução²

² Sem prejuízo do caráter eminentemente unilateral da redação, evocado com muito acerto por Eduardo Oliveira Leite no livro “*A Monografia Jurídica*”, a interlocução a que nos referimos é aquela inevitável, que faz o pensamento do leitor concomitantemente à leitura, e que é contemplada na obra mencionada, em citação que o referido autor faz de Robert Barrass: “*O ponto mais difícil nessa comunicação é o de assegurar que os pensamentos criados na mente do leitor resultem nos mesmos que os do autor*”. (BARRASS, Robert. *Os cientistas precisam escrever ; guia de redação para cientistas, engenheiros e estudantes*, p. 46 in: Leite, Eduardo de Oliveira. *A Monografia Jurídica*, p. 314.)

feita por quem lê o presente trabalho fundar-se-á em expectativas mais próximas das nossas, para o desenvolvimento do tema.

Sugiro, portanto, um ponto de partida para que tomemos em mãos ambos os motivos discursivos, o do direito e o da literatura: o *simbólico*. O *simbólico* parece-me uma boa aproximação porque possui o caráter sugestivo capaz de prestar-se tanto à atividade expressiva da *arte*, quanto à geração, no indivíduo, do senso de pertença a uma ordem, a uma comunidade de vontades, a uma sociedade.

“Tudo o que se nos apresenta, no mundo social-histórico, está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico. Não que se esgote nele. Os atos reais, individuais ou coletivos – o trabalho, o consumo, a guerra, o amor, a natalidade – os inumeráveis produtos materiais sem os quais nenhuma sociedade poderia viver um só momento, não são (nem sempre, não diretamente) símbolos. Mas uns e outros são impossíveis fora de uma rede simbólica”.³, afirma Cornelius Castoriadis, no parágrafo que introduz o capítulo acerca da *“Instituição e o simbólico”*, na obra *“A Instituição Imaginária da Sociedade”*.

François Ost menciona, no prólogo de seu livro *“Contar a Lei – As fontes do Imaginário Jurídico”*⁴ (que, de resto, é suficientemente eloquente na justificativa do “porque dialogar” que aqui empreendemos), o primeiro *stasimom* de Antígona, em que o coro entoia: *“As paixões que instituem as cidades, o homem as ensinou a si mesmo.”*, trecho que utiliza para dialogar com o texto de Castoriadis da seguinte forma: *“Toda a filosofia de L’Institution imaginaire de la société [A instituição imaginária da sociedade] de C. Castoriadis está contida nesse trecho do primeiro stasimom. A extraordinária diversificação histórica das línguas, das culturas, dos costumes e das leis testemunha de maneira notável a justeza da frase de Sófocles: na origem dessas criações culturais, dessas significações partilhadas, não há nem determinismo naturalista em última instância, nem pura e simples tautologia lógica-racional. No oposto dessas declinações do “mesmo”, há claramente o surgimento do “outro”, e esse diferente só pode provir de uma capacidade imaginativa. Assim como o ouro não*

³ CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*, p.142.

⁴ OST, François. *Contar a Lei – As Fontes do Imaginário Jurídico*.

*é naturalmente moeda (mesmo se algumas qualidades predispunham esse metal a exercer a função de equivalente universal), ou o indivíduo não é naturalmente ou logicamente cidadão, assim também a cidade escapa a toda determinidade desse gênero: é da imaginação instituinte que ela procede, das grandes narrativas que o homem conta-se a si mesmo.”*⁵

Assim, o caráter instituinte do simbólico parece poder prestar-se a uma primeira aproximação entre os discursos literário e jurídico. Ora, se a literatura é, num primeiro momento, o campo mesmo de exercício do simbólico e do ficcional e se, portanto, sua força instituinte já pode ser pressentida, assim como, na mesma medida, seu papel de expressão do instituído, o direito como discurso, por sua vez, acaba por ocupar o espaço de verdadeiro hiato entre o que *institui* e o que *lida com o instituído*.

A respeito da força instituinte da literatura, recorramos ainda ao texto de Ost, que nos trás um exemplo da atuação dessa força na formação de uma nação cujo sistema mesmo de direito é paradigma, na modernidade, do que viemos a chamar de sistema jurídico do *common law*: “Desse ponto de vista, nunca será demais sublinhar a importância de alguns autores canônicos, como W. Shakespeare por exemplo, para a criação da nação inglesa. I. Ward não hesita em escrever que uma peça como Henrique V possui uma importância jurídica maior que um tratado de direito constitucional: colocada de saída no núcleo da construção narrativa da comunidade cultural, a obra determina toda uma tradição de pensamento. Os juristas não escapam, portanto, a essa comunidade narrativa. Pelo contrário, é no interior dela, no meio de suas significações partilhadas, que eles operam. As Constituições que eles redigem são, desse ponto de vista, o relato da história da moralidade política dessa comunidade.”⁶

E, se nos permita pontuar que, não apenas as narrativas manifestas no que em português chamamos *romance*, ou em textos os quais usualmente designamos por *literários*, mas também as narrativas que transitam na oralidade são, e talvez com mais

⁵ _____ Obra citada, p.27

⁶ OST, François. Obra citada, p.29

força, *instituintes* neste sentido que aqui empregamos, de operar *em* e *com* o senso de pertencimento a um grupo social.

Esta noção parece prescindir de maiores sustentações, posto que a própria tradição do pensamento ocidental tem suas raízes em discursos que se propagavam na oralidade, e referimo-nos tanto à tradição hebraica⁷ quanto aos *diálogos* de Platão.

O simbólico mostra-se um ponto convergente, também, na medida em que a via de expressão, tanto dos temas literários como dos enunciados normativos do direito, é a dos signos lingüísticos.⁸

Resta-nos uma certa impressão, postos direito e literatura enquanto motivos discursivos, tendo o simbólico (enquanto representação do *instituído* e enquanto motriz *instituinte*) a tornar possível uma aproximação para o diálogo: a impressão de que tal diálogo, desde logo parecendo-nos propício e frutífero (ficássemos somente com a convergência do simbólico entre os dois discursos, aqui meramente esboçada e apenas uma das possibilidades desta conversa⁹) tem, no âmbito acadêmico, contudo, ainda um espaço incipiente dedicado à promoção desta interlocução.¹⁰

⁷ No velho testamento, no livro de Deuteronômio, após Moisés recapitular o decálogo, encontramos a exortação: “Estas palavras que, hoje, te ordeno estarão no teu coração; tu as inculcarás a teus filhos, e delas falarás assentado em tua casa, e andando pelo caminho e ao deitar-te, e ao levantar-te.” (Deuteronômio 6:6-7)

⁸ Castoriadis é muito claro, nesse sentido, ao propor, ainda no capítulo que trata do caráter instituinte do simbólico:

“Encontramos primeiro o simbólico, é claro, na linguagem. Mas o encontramos igualmente, num outro grau e de uma outra maneira, nas intuições. As instituições não se reduzem ao simbólico, mas elas só podem existir no simbólico, são impossíveis fora de um simbólico em segundo grau e constituem cada qual sua rede simbólica. Uma organização dada da economia, um sistema de direito, um poder instituído, uma religião existem socialmente como sistemas simbólicos sancionados. Eles consistem em ligar símbolos (a significantes) significados (representações, ordens, injunções ou incitações para fazer ou não fazer, conseqüências, - significações, no sentido amplo do termo) e fazê-los valer como tais, ou seja a tornar esta ligação mais ou menos forçosa para a sociedade ou o grupo considerado.” (CASTORIADIS, Cornelius. Obra citada, p.142.)

Ainda sobre a o direito como fenômeno operando *em* e *com* o simbólico, ver: SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Crítica da Razão Indolente*, p.217., em capítulo bastante expressivo, “O direito e a simbolização”, onde o filósofo desenvolve, para uma análise do direito, sua rica analogia entre as representações que se faz da realidade e a ciência e técnica cartográficas.

⁹ Permitamo-nos, uma vez que a idéia de interlocução e diálogo será retomada diversas vezes neste capítulo, o uso alternado do coloquial ‘conversa’.

¹⁰ Note-se que estamos a falar, aqui, de um acolhimento mínimo de tal diálogo pela academia, já que, mesmo que nunca se houvesse concebido, no âmbito acadêmico do estudo do direito, a possibilidade de interlocução com a literatura, esta estar-se-ia realizando continuamente, como de resto parece ocorrer com todas as falas do homem sobre si, ainda que o espaço que a academia legitima para as mesmas não compreenda, por vezes, tal possibilidade.

Podemos identificar, entretanto, entre as correntes que tratam, grosso modo, do tema “Direito e Literatura”, ao menos entre as que podem ser assim nomeadas, três acepções básicas cuja importância para o pensar do direito tem sido mais facilmente reconhecida. Trataremos destas concepções a seguir, de forma concisa, para resgatar mais tarde o aporte do simbólico que nos trouxe primeiros elementos de aproximação e encontrar, afinal, as razões de ser mais particulares do presente diálogo, motivo deste primeiro capítulo.

1.1. O DIREITO *DA* LITERATURA

Uma abordagem a que se poderia nomear de Direito *da* Literatura e que, portanto, necessitamos mencionar, é aquela que compreende as questões que cercam a literatura sob um aporte jurídico muito mais afeto ao estudo do Direito Privado, ou seja, a que tratará dos direitos de autoria, de publicação e reprodução de obras literárias.

Embora François Ost atribua ao estudo do direito *da* literatura um “*interesse técnico e prático (...), do qual se ocupa um número não negligenciável de praticantes*” em oposição a um “*interesse filosófico*”¹¹ do estudo do direito *na* literatura (este último um estudo no qual o filósofo vê contemplada a proposta de sua própria obra), não podemos olvidar que por mais próprias do direito material privado que se nos pareça essa abordagem do fenômeno de escrita literária, a questão é atravessada de implicações filosóficas, as quais a contemporaneidade tem revelado em inédita exposição, no enfrentar de questões como a da *obra de arte* enquanto *mercadoria* e a explosão da capacidade de disposição e circulação de dados digitais, a manifestação artística e sua relação com as mídias de registro e de difusão.¹²

A questões como a do limite do alcance dos direitos de autor abarcar a *manifestação artística* ou, mais amplo e com sérios desafios de controle, abarcar

¹¹ OST, François. Obra citada, p.49

¹² A respeito dos direitos de autoria, lembremos que a proteção jurídica dos direitos do autor, assim como a previsão de sua disponibilidade, colaboram como sustentáculo jurídico-formal para a mercantilização da produção artística.

também as mídias através das quais a obra é comercializada e difundida, o direito contemporâneo irá prolatando (num vocábulo propositadamente emprestado de seu uso para as manifestações decisórias do exercício jurisdicional) respostas que hão de provir de uma interlocução discursiva direito-filosofia à maneira e com pressupostos em tudo assemelhados aos da presente, direito-literatura.

E note-se que, mesmo entre os já sedimentados e didaticamente compartimentados ramos do direito, a abordagem das questões atinentes ao direito da literatura deverá transitar de forma multidisciplinar, leia-se: *“O direito da literatura não representa, propriamente falando, um ramo específico do direito, mas sim uma abordagem transversal que abrange questões de direito privado (direito do autor e copyright), de direito penal (toda a variedade de delitos que se podem cometer “por meio da imprensa”: injúrias, calúnias difamações, ultraje aos costumes, declarações racistas, atentado ao chefe de Estado – em algumas legislações, ainda, a blasfêmia), de direito público (liberdade de expressão e censura), e até mesmo de direito administrativo (regulamentação dos programas escolares, das bibliotecas públicas).”*¹³

Contudo, as veredas ao longo das quais o presente diálogo guarda a intenção de acontecer não seguem tais rumos, ressalve-se que, no caminho, poderá haver mirantes donde o olhar para as questões acima suscitadas seja, pelo menos, revelador.

1.2. O DIREITO COMO LITERATURA

Uma outra acepção em que se pode tomar o tema “Direito e Literatura” é a que lança sobre os enunciados legais e sobre os textos eminentemente jurídicos o olhar próprio da crítica literária, no que se refere aos seus métodos e referenciais valorativos.

Esta acepção, algo mais próxima do diálogo que se busca aqui desenvolver, implica numa proposta de interlocução entre dois motivos discursivos, provenientes ambos do olhar do ser humano sobre si: as leis e o olhar que se lhes dirige o discurso

¹³ OST, François. Obra citada, p.50.

científico-acadêmico do direito; e a literatura e o olhar que sobre ela é deposto a partir de uma análise lingüística, estética dos textos literários, própria da crítica literária.

A proposta dialógica de abordar os textos legais com os instrumentais discursivos próprios da crítica literária tem tido largo exercício no meio jurídico acadêmico norte-americano, nos informa François Ost que *“Essa perspectiva, que consta no programa de quarenta por cento das faculdades de direito norte-americanas, entre elas algumas das mais prestigiosas, suscita uma série de expectativas. Um autor como R. Weisberg não hesita em escrever que ela contribui diretamente para inculcar ‘competências primordiais de nossa disciplina’: a capacidade de escuta, a aptidão de fazer um discurso que leve em conta a sensibilidade dos ouvintes, o dom de convencer tendo em vista atingir a meta que se fixou. (...)*

*Do confronto dos futuros juristas com os métodos e os textos literários, espera-se portanto a aquisição de competências técnicas (melhoramento do estilo escrito e oral, capacidade de escuta e de diálogo) bem como a difusão das capacidades morais necessárias à profissão de jurista: a atenção mais fina dirigida à diversidade das situações e, em particular, à dos mais marginalizados, o refinamento do senso de justiça, a aquisição de um sentido das responsabilidades políticas inerentes às funções de juiz e de advogado.”*¹⁴

Poder-se-ia cogitar que esta repercussão de um tal método de abordagem dos textos legais seria privilegiada em um sistema como o do *common law*, no qual o direito vigente, o direito com que operam os estudantes e profissionais, está expresso mais pelos usos, costumes e pela atividade decisória dos tribunais¹⁵ do que por compêndios normativos, como ocorre com o nosso sistema, o chamado europeu continental, ou *civil law*.¹⁶

¹⁴ _____. Obra citada, p.49

¹⁵ REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. p. 142

¹⁶ Neste sentido: “A relação entre direito e estética é de especial relevância no contexto do sistema jurídico inglês e a tradição do common law: a ausência de uma estrutura legal codificada implica na existência de meios alternativos através dos quais a constituição não-escrita possa ser reconhecida como a fonte legítima do direito inglês.” (RAFFIELD, Paul e WATT, Gary. editorial da revista “Law and Humanities”. vol.1, ed. 1. 2007 [traduzido]); Ainda: “Considere, por exemplo, a cultura das basoches francesas em torno de 1500: estas eram assembléias de clérigos e jovens advogados no

Assim é que nos vemos numa situação peculiar, na qual a sensação é de certo descompasso. Estamos a falar da possibilidade de diálogo entre direito e literatura, enquanto motivos discursivos, exercendo uma possibilidade interdisciplinar já bastante explorada nos países do sistema anglo-germânico de hierarquização das chamadas fontes formais, embora tenhamos nossa formação num sistema que, tendo a lei como referencial fortíssimo do que seja direito, parece ser estruturalmente menos afeito à interlocução com narrativas e com a força instituinte do simbólico¹⁷.

Entretanto, se em termos de sistema vigente enfrentamos tal questão com alguma desvantagem em relação aos ordenamentos que se organizam no modelo do direito consuetudinário, o esforço por proporcionar o diálogo a partir de uma compreensão do direito que escape à sua acepção positivista de ciência autônoma talvez represente desafio da mesma ordem para o conhecimento do direito em ambos os sistemas.

Jeanne Gaakeer, magistrada e professora holandesa que tem estimulado tais possibilidades dialógicas entre os campos de conhecimento das chamadas humanidades, assim se refere a esta questão: *“Como já sugerido, a forma de Direito e Literatura que eu exponho opõe-se à metodologia positivista da exclusividade da lei para o direito que tem sido dominante durante o século XX. Por um considerável período de tempo, a autarquia do direito como ciência foi considerada como sendo a condição para a objetividade de seus resultados; a interdisciplinaridade foi, portanto, rechaçada. Mas, devido ao desenvolvimento político, social e econômico, o que Richard Posner chamou de ‘o declínio do direito como disciplina autônoma’ (1987)*

Parlement, nas quais julgamentos humorísticos fictícios tinham lugar, causes grasses que satirizavam os poderes vigentes. (Re)direcionar nossa atenção ao período pré-moderno seria, portanto, um projeto profícuo, porque uma análise deste tempo apresente uma oportunidade para criar uma voz Européia [leia-se, continental] mais distinta no movimento Direito e Literatura. Até então, esta pesquisa não tem sido consistentemente realizada nem no direito continental, o civil law, nem na tradição Anglo-Americana do common law. Uma falta de atenção ao estudo do Direito e Literatura neste último é particularmente surpreendente, dado que o sistema de common law se funda em um conceito de direito que era, ao menos originariamente, humanista na sua aparência, devido à sua orientação baseada em casos e não em leis.” (GAAKEER, Jeanne. (Con)temporary Law. p.39. [tradução])

¹⁷ de novo, aqui, falamos de uma interlocução assumida como tal, posto que por mais ardorosamente que se reivindique a autonomia científica do direito, este estará inevitavelmente sendo construído pela força instituinte do simbólico.

forçou seus profissionais a enfrentar tarefas além daquelas facilmente mediadas pela dogmática;”¹⁸

A abordagem de textos legais sob a ótica própria da crítica literária, portanto, já anuncia possibilidades muito promissoras de fazer respirar o conhecimento que se produz em torno do direito, em especial se olharmos a partir dos referenciais da crítica literária não apenas para os comandos normativos e textos legais, mas para o direito como um todo e não apenas onde este se manifeste textualmente.

Será possível perceber, então, que à semelhança de escritores que são a voz dos que não tem voz¹⁹, que falam e narram em nome daqueles a quem se negou a fala e a construção da continuidade das próprias narrativas, também o juiz e o advogado têm, no exercício de veículo da prestação jurisdicional e de representação para tal prestação que seus papéis respectivamente envolvem, ocasião de atuar para com “aqueles” no sentido de dar-lhes voz, de devolver-lhes a coesão narrativa que, como já se esboçou, é elemento instituinte de uma sociedade.

1.3. O DIREITO NA LITERATURA

Apesar da afirmação de que “*esta diversidade sócio-política, cultural, ideológica e estética do Direito e Literatura resulta de o mesmo haver-se movido para além do que foi estabelecido como as três trajetórias tradicionais de estudo na área*”²⁰, e apesar do presente trabalho pretender explorar as possibilidades dessa

¹⁸ “As already suggested, the form of Law-and-Literature that I espouse opposes the single legal positivist methodology for law that has been largely dominant during the 20th century. For a considerable period of time, the autarky of law as science was considered to be the condition for the objectivity of its results; interdisciplinarity was therefore shunned. But, owing to political, social, and economic developments, what Richard Posner has called ‘the decline of law as an autonomous discipline’ (1987) forced its professionals to confront tasks beyond those easily mediated by legal dogmatics.” (GAAKEER, Jeanne. (Con)temporary Law. p.33. [tradução nossa])

¹⁹ OST, François. Obra citada, p.51.

²⁰ “This social-political, cultural, ideological, and aesthetic diversification of Law-and-Literature results from its having moved beyond what were established as the three traditional trajectories of scholarship in the field.” (GAAKEER, Jeanne. Obra citada. p.30. [traduzimos])

A autora se refere à proposta de Benjamin Cardozo, já em 1925, de três maneiras pelas quais o estudo da literatura poderia beneficiar o jurista e que vieram a consolidar-se como as três acepções mais comuns do que se compreende por “Direito e Literatura”, às quais fazemos menção neste trabalho.

conversa entre direito e literatura em um nível que demande tal diversidade, é nesta corrente à qual se poderia chamar “Direito *na* Literatura” que identificamos maiores semelhanças com o caminho ou, se o caminho ainda está por percorrer, diríamos com os marcos que o presente diálogo intenta visitar.

O texto literário parece deter algumas possibilidades cujo exercício seria muito custoso num texto que nascesse das motivações usuais dos textos jurídicos. “*Alguns tem aplaudido a liberdade da literatura, sua independente e privilegiada postura para criticar a autoridade, e seu valor ético em inculcar uma capacidade para a empatia. De fato, a imaginação literária pode ajudar-nos não apenas a conceber um novo e melhor regime, mas também a imaginar a sensação de viver sob regimes alternativos. A literatura pode oferecer uma experiência complexa e multi-nivelada que transcende categorias rígidas, alertando-nos à pluralidade e dinamismo dos sentidos que atribuímos à vida social*²¹”.

Essas possibilidades são suficientes para boa parte da motivação da corrente, aqui chamada Direito *na* Literatura, em buscar na literatura elementos para o pensar das questões de justiça, de lei e de poder.²²

Mas esta motivação ganha corpo em muitos desdobramentos, vista a literatura a partir de um olhar que traga os questionamentos próprios do direito ou da filosofia do direito. Literatura e direito, reconheçamos, tem guardado na história ocidental uma relação bastante estrita. A literatura, se a olharmos como discurso do homem sobre si e sobre seu meio, estará a tratar das instituições e da maneira como o homem tem enfrentado os conflitos nas sociedades em que se organiza e, portanto, do direito, tão freqüentemente quanto este seja um tema presente na vida em sociedade. Um tema entrecortado por muitos vieses de discursos que, na academia, estão compartimentados entre as diferentes “ciências humanas” mas que, naquilo que identifica, também,

²¹ “Some have applauded literature’s freedom, its independent vantage point to criticize authority, and its ethical value in inculcating a capacity for empathy. Arguably, the literary imagination can help us not only to conceive a new and better legal regime, but also to imagine what living under alternative regimes might feel like. Literature can offer a complex, multilayered experience that transcends rigid categories, alerting us to the plurality and dynamism of the meanings we attach to social life.” (GUYORA, Binder. Literary criticism of law. p.3-4 [tradução nossa])

²² OST, François. Obra citada, p.55

direito e literatura, são discursos do homem sobre si, sobre o seu meio, sobre a forma como se organiza em sociedade.

As possibilidades de diálogo, aqui, são muitas. Poderíamos tomar um conjunto de obras literárias que lidam com questões de direito nos limites da expressão literária em um determinado idioma, ou traçar recortes que selecionem determinada época, espaço ou contexto político mais específicos.

Entretanto, a concepção deste trabalho contém, já, uma proposta para estes diálogos²³. Na obra de François Ost à qual já fizemos menção, *Contar a Lei*, a opção do filósofo é por lançar o olhar sobre o que ele irá chamar de “*narrativas fundadoras*”. “*Quanto a nós, escolhemos privilegiar um certo número de narrativas fundadoras - geralmente mitos reescritos em épocas ulteriores - que são outras tantas “entradas” ou fontes de direito.*”²⁴ São, ainda nas palavras de Ost, “*narrativas de instituição*”²⁵, e no recurso deste à expressão de Castoriadis: “*monumentos literários que criam magmas de significações sociais instituintes.*”²⁶

Aqui, buscamos o diálogo com uma obra da literatura brasileira que cremos deter, em muitos aspectos, esta característica de ser *narrativa fundadora*. Obra que, se não é tão pertencente às reminiscências a ponto de que se lhe pressinta a força *instituinte*, é certamente expressão *sui generis* do *instituído*: “O Grande Sertão: Veredas, de João Guimarães Rosa.”

Por *expressão do instituído*, na obra, entenda-se não apenas a expressão daquela determinada configuração sócio-cultural (“(...) *a matéria do sertão, com o homem pobre do meio rural brasileiro, seu estilo de vida, sua maneira de enfrentar o mundo, o sistema de dominação vigente, a violência que o garante. É privilegiado no romance um dos aspectos desse meio, qual seja o cangaço, com o jagunço como figura central.*”²⁷) mas a expressão, também, de um universo simbólico que contempla tanto nosso *ser* e *sentir* enquanto brasileiros, herdeiros sócio-culturais diretos do sertão

²³ A aceitação desta proposta se dará tacitamente, com a aquiescência na continuidade da leitura após sua apresentação.

²⁴ OST, François. Obra citada, p.56

²⁵ _____, *idem*.

²⁶ _____, *ibidem*.

²⁷ GALVÃO, Walnice Nogueira. *As formas do falso*. p.12

enquanto povo, do sertão enquanto configuração fundiária, do sertão enquanto lugar de sofrida pobreza quanto, ainda mais essencialmente, o nosso *ser* e *sentir* enquanto humanos. Adianta-se, então, Riobaldo, personagem-narrador em ‘O Grande Sertão’, acerca de algo que realmente aprecia nas pessoas: “*O senhor... Mire veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas - mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou, isso me alegra, montão.*”²⁸

É a este tipo de locução livre acerca do ser humano, propiciada pelo espaço do dizer literário, que o direito precisa estar atento, precisa voltar-se. E esta necessidade reside em que o direito, enclausurado no nome de ciência, com pretensões de autonomia, deixa de se compreender numa de suas acepções mais essenciais: discurso que diz respeito a todas as áreas da vida, e sobre elas incide de forma prescritiva.²⁹

As propostas, portanto, de diálogo direito-literatura que, como a presente, se enquadram na corrente do ‘direito *na* literatura’, voltam-se aos textos literários, desincumbidos estes do teor prescritivo do direito, para resgatar no discurso jurídico o que ele precisa ter de humano, de atento à vida, sua dinâmica e seus embates. A pretensão científica de isenção, se não é manifestamente danosa quando aplicada a um discurso do homem sobre si mesmo, está sempre correndo o risco de não se dar conta do papel que tal discurso desempenha, ou deveria desempenhar e não o faz.

Antes, contudo, de falarmos de uma razão especial para o diálogo com ‘O Grande Sertão: Veredas’, retomemos alguns referenciais terminológicos importantes, os quais este diálogo terá por pressupostos.

1.4. APONTAMENTOS SOBRE O DIREITO COMO DISCURSO, O SIMBÓLICO E A *EXPRESSÃO ARTÍSTICA LITERÁRIA*.

Se, até o presente momento, sustenta-se ainda o tom dialógico dos primeiros parágrafos deste texto, é porque decerto contamos com uma interlocução tolerante.

²⁸ ROSA, João Guimarães. *O Grande Sertão: Veredas*. p.20

²⁹ GAAKEER, Jeanne. *(Con)temporary Law*. p.33.

Utilizamos, até então de forma bastante livre, um punhado de termos e conceitos, em parte esperando que alguns encerrassem um significado capaz de abarcar a nossa intenção expressiva (que encontrou neles uma via privilegiada de significação) e, em parte, porque já se pretendia, nesta oportunidade, fazer os presentes apontamentos os quais, esperamos, prestem-se a indicar ao menos a direção que intentamos seguir ao optar por estas dicções.

A respeito da opção pelo termo *discurso*, e por vezes já nos remetemos à opção do presente trabalho de olhar para o direito e para a literatura como “motivos discursivos”, talvez caiba um gesto como o de abrir os braços, selecionando, da totalidade de nosso entorno, um arco que inclua aquilo que queremos exprimir ao nos referirmos a *discurso*.

Primeiro, ao utilizarmos a expressão “motivos discursivos” tanto para referir-se ao direito quanto à literatura, e ao optarmos pela locução “motivo”, apontamos para algo que seria como a “razão de ser” da produção daquele determinado “discurso”, quer se trate do direito, quer da literatura vistos como tal.

Por “motivo discursivo”, portanto, buscamos nos referir ao que move ambas as manifestações, do direito e da literatura, à existência. O que as move a existir, nascentes, uma, da prática da solução de conflitos na sociedade, da forma como o Estado vem a organizar-se, a prescrever condutas e a reger procedimentos de acesso e prestação da atividade jurisdicional, dos que se prestam a estudar tais fenômenos e em torno deles produzem conhecimento no âmbito acadêmico e profissional (falamos do direito); outra, da intenção expressiva do autor, incluso este também num determinado coletivo, ser que em seu contexto social vem **movido pelas mais impensáveis razões**, a expressar-se artisticamente através da escrita (falamos da literatura).

Entretanto, ao dizermos que estamos a olhar o direito como discurso, sugere-se ainda um largo espectro de sentidos possíveis. Num primeiro momento, se pensarmos em ‘discurso’ em um dos sentidos que a palavra comporta, de simples ato de fala, ou ‘*manifestação concreta da língua*’³⁰, tal concepção nos remete a uma abordagem do

³⁰ “discurso [Do lat. *discursu*.] Substantivo masculino. 1. Peça oratória proferida em público ou escrita como se tivesse de o ser. 2. Exposição metódica sobre certo assunto; arrazoado. 3. **Oração, fala.** 4. *E. Ling.* **Qualquer manifestação concreta da língua.** [Sin., nesta acepç.: *fala* e (fr.) *parole*.] 5. *E. Ling.*

direito que atente para todo e qualquer momento em que este se manifeste como texto, como fala. Enfim, todo momento em que este se expresse lingüisticamente.

Foi a esta concepção que recorremos, nos primeiros parágrafos deste trabalho, para dizer que a via de expressão do direito, como a da literatura, é a dos signos lingüísticos. E o direito como conhecimento do homem sobre si, de fato, quase sempre estará expresso lingüisticamente, em texto ou fala. Também o direito como lei, a que chamamos *direito positivo*, está expresso de forma essencialmente textual.

O direito como prática, contudo, caracteriza-se por momentos de expressão que não são lingüísticos. O direito rompe seu momento discursivo textual, **para ficar com um exemplo do direito monista**, quando da atividade jurisdicional provenha uma decisão cujo cumprimento (pelo qual o próprio direito há de zelar, na legitimidade que confere ao Estado e seus aparelhos para tanto) há de subtrair ao indivíduo o direito à livre locomoção que, de resto, o mesmo direito há de garantir e proteger para os demais indivíduos sobre os quais não tenha caído semelhante sanção. Uma sanção que opera sobre a vida de maneira tão imediata quanto talvez nenhum outro discurso seria capaz. Ali, sem dúvida, o direito se apresenta, **toca a vida**. Está expresso, portanto, e tal expressão não é lingüística.

A idéia deste momento de expressão não textual nos remete a uma outra noção que, gostaríamos de pontuar, temos em mente ao nos referirmos ao direito “como discurso”. É aquela que revela a indissociabilidade entre qualquer saber, enquanto discurso, e o exercício de um poder que lhe corresponda.

Neste sentido, recorramos a um texto de Foucault, ao falar do poder envolvido na atividade dos intelectuais, neste excerto referidos de forma geral, mas cuja locução cabe perfeitamente ao saber que se constrói (e aos construtores deste saber) em torno do direito e das questões de justiça: “*Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas saber perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas*

Unidade lingüística maior do que a frase; enunciado, fala. 6.Ant. Raciocínio, discernimento. 7.Fam. Palavreado vão, e/ou ostentoso. 8. Fam. Fala longa e fastidiosa, de natureza ger. moralizante 9.Liter. Qualquer manifestação por meio da linguagem, em que há predomínio da função poética (q. v.):” (Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 5.0; por E. Ling. leia-se “Estudos da Linguagem”; **grifamos**)

existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores de censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a idéia de que eles são agentes da “consciência” e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de se colocar “um pouco na frente ou um pouco de lado” para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência”, do discurso.”³¹

O discurso produzido em torno do “direito”, portanto, tem momentos onde a relação saber-poder é evidente, expressa.

Expressa, diga-se, tanto na faceta de exercício do poder como proibição, quanto no momento em que o direito se põe a discursar sobre o próprio exercício de poder, no mais das vezes, legitimando-o.

*“Quando se define os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria a força da proibição. Ora, creio ser esta uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, **forma saber, produz discurso.**”³²*

Direito é discurso, e continua a sê-lo mesmo quando sua expressão fuja à textualidade, na medida em que essa expressão não textual, não lingüística, é senão o “outro lado”, o lado do exercício de poder que qualquer discurso encerra e, no caso específico do discurso do direito, trata expressamente de legitimar.³³

³¹ FOUCAULT, Michel. A Microfísica do Poder. p. 71

³² FOUCAULT, Michel. Obra citada. p. 8 (**grifamos**)

³³ Ainda, em Foucault, leia-se outro expressivo trecho da Microfísica do Poder, em tema desenvolvido na obra Vigiar e Punir, um texto de filosofia de bastante notoriedade no meio jurídico acadêmico brasileiro: “A prisão é o único lugar onde o poder pode se manifestar em estado puro em suas

É curioso que, quanto ao direito, atentar para o poder que seu discurso encerra poderia soar por demais óbvio. Isso porque, de resto, o direito, por larga acepção com que se pretenda dele falar, está sempre muito proximamente relacionado a discursos de legitimação do poder, quer de um poder despótico, quer de um poder que, na dicção literal do texto constitucional brasileiro, no parágrafo único de seu artigo 1º, emana integralmente do povo, “*que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.*”

Entretanto, um dos riscos da tentativa de tratar o direito como ciência autônoma é precisamente a possibilidade de que se esqueça que, diante do poder inerente ao discurso do direito, a pretensão de isenção e neutralidade no tratar das questões de direito é um posicionamento radical por negar a atuação deste poder que se relaciona intimamente com a dinâmica da vida social e sempre atua, quer para sua conservação, quer para sua transformação.

Esta tentativa trôpega de cercar, aqui, as manifestações e decorrentes acepções possíveis do direito enquanto discurso, faz com que se pressinta algo de friável em um direito que se pretenda ciência e, mais, que se pretenda ciência autônoma. É por isso que a opção deliberada deste trabalho é por olhar o direito como parte do que se tem chamado de “humanidades”, ou seja, do grupo de, não as chamemos *ciências*, mas *saberes* do homem sobre si.

À literatura, por outro lado, a opção deste trabalho é por olhá-la, para além do discurso, no que ela carrega de simbólico e, antes e para tanto, como arte escrita.³⁴ Uma opção deliberada por olhar a expressão artística como discurso quando nem sempre a intenção expressiva da arte é acompanhada da intenção discursiva. Arriscamos enunciar que a intenção discursiva somente se realiza com uma espécie de

dimensões mais excessivas e se justificar como poder moral. “Tenho razão em punir pois vocês sabem que é desonesto roubar, matar. (FOUCAULT, obra citada, p.73)”

³⁴ Uma crítica a esta visão da literatura é encontrada na introdução à obra *Literary Criticisms of Law*, de Guyora Binder e Robert Weisberg: “A própria categoria de ‘literatura’ - escritos apresentados como arte - foi criação do romantismo, e enquanto continuarmos a ver a literatura como uma categoria autônoma de escrito ou de experiência, nós modernos continuaremos comprometidos com a estética romântica.” (GUYORA, Binder/WEISBERG, Robert. *Literary criticism of law*. p.9, traduzimos). Entretanto, escapamos, de certa forma, a esta crítica porque, no contexto em que é feita, está dirigida antes aos cânones da literatura mundial. Contudo, assumida a abordagem algo romântica que aqui se faz da expressão artística literária, reiteramos a intenção de ir atrás do simbólico que há na literatura.

aquiescência do espectador. Nesse sentido, Gadamer propõe: “*A obra de arte é um jogo que só se efetua no acolhimento que lhe reserva o espectador*”³⁵.

Assim, aceitamos este jogo e voltamo-nos ao texto literário (e aqui falamos de uma possibilidade que no “Grande Sertão: Veredas” é ímpar) para lê-lo atentando a tudo aquilo de simbólico que ele pode despertar em nós.³⁶

No que o “discurso científico”, em especial o das ciências da *psique* humana, veio a chamar de inconsciente, vide nossos sonhos, as narrativas (quando as há), as idéias, as assertivas, não estão encadeadas ou relacionadas logicamente, mas simbolicamente.

Freud já nos fala, em seu “*A interpretação dos Sonhos*”, publicado em 1900, da conseqüência negativa, também aqui, de abordagem científica de então, feita ao problema do sonho e do simbólico, na medida em que tal abordagem não suscitava o aproveitamento do simbólico para a atividade interpretativa. Para Freud, esta atividade interpretativa era crucial em sua busca pela identificação do que chamava de *estrutura psicológica* do sujeito.

“Na hipótese de que sonhos sejam suscetíveis de interpretação, eu prontamente me encontro em desacordo com o pensamento dominante a respeito dos sonhos - de fato, com todas as teorias a respeito dos sonhos, excetuando apenas aquela de Scherner, para a qual “interpretar um sonhos”, é especificar seu “significado”, substituí-lo por algo que se posiciona na concatenação de nossas atividades psíquicas como um elo de importância e valor definitivos. Mas, como vimos, as teorias científicas não deixam espaço para uma problematização da interpretação dos sonhos, desde que, em primeiro lugar, de acordo com estas teorias, sonhar não é

³⁵ H. G. Gadamer, *Vérité et méthode*, trad. por E. Sacré, Paris Seuil, 1976, p.94 in: OST, François, Obra citada, p.38.

³⁶ “Assim, uma palavra ou uma imagem é simbólica quando implica alguma coisa além do seu significado manifesto e imediato. Esta palavra ou imagem têm um aspecto “inconsciente” mais amplo, que nunca é precisamente definido ou de todo explicado. E nem podemos ter esperanças de defini-la ou explicá-la. Quando a mente explora um símbolo, é conduzida a idéias que estão fora do alcance de nossa razão” (JUNG, Carl. O Homem e seus símbolos. p.20)

absolutamente uma atividade psíquica, mas um processo somático que se manifesta ao aparato psíquico por meio de símbolos.”³⁷

Interessante como, logo em seguida ao trecho acima, na defesa da possibilidade e importância da atividade de interpretar os sonhos, Freud fará menção a uma abordagem própria *do mundo não científico* que se costuma fazer aos sonhos, uma abordagem que atenta ao simbólico e que ele considera ser um entre dois métodos “essencialmente diferentes” de interpretação dos sonhos.

Esta mesma abordagem Freud crê ser a abordagem com que se deve tomar grande parte do que ele mesmo chama de *sonhos artificiais concebidos pelos poetas*, e onde pleiteamos esteja inclusa a literatura que aqui trazemos, a dialogar com o direito.

“O mundo não científico, portanto, tem sempre se aventurado a interpretar sonhos, e pela aplicação de um ou outro de dois métodos essencialmente diferentes. O primeiro destes métodos enquadra o conteúdo do sonho como um todo, e busca substituí-lo por um outro conteúdo, que é inteligível e, em certos aspectos, análogo. Este é a interpretação simbólica dos sonhos; e é claro que ela se estilhaça de saída, no caso daqueles sonhos que são não apenas não-inteligíveis mas confusos. A construção que José, na Bíblia, fez a partir dos sonhos do Pharaoh fornece um exemplo deste método. As sete vacas gordas, após as quais vieram sete vacas magras que devoraram as primeiras, eram um substituto simbólico para os sete anos de fome na terra do Egito, os quais, de acordo com a previsão, viriam a consumir todas as provisões que sete anos prósperos haviam produzido. A maioria dos sonhos artificiais concebidos pelos poetas são destinados a algum tipo de interpretação simbólica, posto que reproduzem o pensamento concebido pelo poeta numa feição não distinta do disfarce que costumamos encontrar em nossos sonhos.”³⁸

³⁷ “On the hypothesis that dreams are susceptible of interpretation, I at once find myself in disagreement with the prevailing doctrine of dreams -- in fact, with all the theories of dreams, excepting only that of Scherner, for ‘to interpret a dream’, is to specify its ‘meaning’, to replace it by something which takes its position in the concatenation of our psychic activities as a link of definite importance and value. But, as we have seen, the scientific theories of the dream leave no room for a problem of dream interpretation; since, in the first place, according to these theories, dreaming is not a psychic activity at all, but a somatic process which makes itself known to the psychic apparatus by means of symbols.” (FREUD, Sigmund. *Interpretation of Dreams*. p. 8. traduzimos)

³⁸ “The unscientific world, therefore, has always endeavoured to ‘interpret’ dreams, and by applying one or the other of two essentially different methods. The first of these methods envisages the dream-content as a whole,

Sequer há que se falar, portanto, em lógica na organização ou encadeamento dessas idéias tais quais as acessamos no contato com o simbólico num nível inconsciente. Muito além (aqui significando *extra, fora de*) da lógica, falham na investigação da organização das idéias no inconsciente, no simbólico, mesmo os instrumentais mais rudimentares de organização, de classificação. As idéias se relacionam com critérios que não apenas não são fixos, como são variáveis em função de outros critérios, aproximando idéias que sob os critérios de sistematização do pensamento consciente estão muito distantes, criando relações improváveis entre idéias e, numa visão mais abrangente, entre narrativas.

A manifestação artística literária trazida ao diálogo compreende essa possibilidade de associação de idéias e narrativas, elementos e histórias. Associação que, enquanto não a inquirimos, enquanto não a trazemos à conversa, não se impõe, presta-se crua e imediatamente a provocar em nós o *sentir* que o simbólico proporciona.

Estas considerações acerca de a que nos referimos por direito e a que nos referimos por literatura, tomados um em sua dimensão discursiva (no sentido algo lato que se procurou neste item desenvolver) e outro em sua dimensão artístico-expressiva, parecem guardar, pela incompatibilidade com os moldes cientificistas de abordagem, a capacidade de reconciliar direito e literatura naquilo que têm de comum: o serem discursos, manifestações humanas que articulam, que emitem dicções em torno e a respeito do próprio homem.

E falamos em reconciliação porque o afastamento entre direito e literatura, assim como o afastamento entre o direito e todos os saberes do homem sobre si, não é mais que um acidente, um equívoco principiado na modernidade e cujo processo de reconhecimento e **desconstrução**, tem-se operado desde então. Ambos estiveram, de

and seeks to replace it by another content, which is intelligible and in certain respects analogous. This is symbolic dream-interpretation; and of course it goes to pieces at the very outset in the case of those dreams which are not only unintelligible but confused. The construction which the biblical Joseph placed upon the dream of Pharaoh furnishes an example of this method. The seven fat kine, after which came seven lean ones that devoured the former, were a symbolic substitute for seven years of famine in the land of Egypt, which according to the prediction were to consume all the surplus that seven fruitful years had produced. Most of the artificial dreams contrived by the poets are intended for some such symbolic interpretation, for they reproduce the thought conceived by the poet in a guise not unlike the disguise which we are wont to find in our dreams."
(FREUD, Sigmund. Obra citada. p. 8. tradução nossa)

fato, sempre intimamente relacionados enquanto “humanidades”, numa acepção já mencionada mas que também se intenta tornar corrente no presente trabalho, que é a de “discursos”, atos de fala do homem sobre si e sobre seu meio.

Jeanne Gaakeer, a este respeito e falando precisamente da necessidade de que também os países da chamada tradição continental de direito (*civil law*), reconsiderem a literatura como interlocutora revigorante do direito, assim se expressa:

*“Duas razões falam por tal reconsideração. A primeira surge da interessante noção de diversidade - aquela diversidade “sócio-política, cultural, ideológica e estética” à qual já fizemos menção ao falar da corrente de ‘direito na literatura’, com a qual este trabalho melhor se identifica - de James Boyd White, discutida no início deste artigo, uma noção que ainda não recebeu a atenção que merece. Isto pode ser, paradoxalmente, porque o foco na integralidade do homem logo se transformou teoricamente em um só. A segunda diz respeito às origens da reapreciação, pelo direito, das humanidades nos séculos XVI e XVII. Durante este período, a separação de campos do conhecimento em disciplinas ainda não tinham se desenvolvido na mono-disciplinaridade que veio a caracterizar a formação do século XIX. O que nós hoje prezamos no direito como contextualização e interdisciplinaridade foram, um dia, propriedade comum, e trabalhos literários podiam então operar como fontes de direito.”*³⁹

Podemos passar, então, a tratar brevemente de uma razão especial para o diálogo entre direito e literatura, aqui proposto, trazer como interlocução a obra de João Guimarães Rosa, “O Grande Sertão: Veredas”.

³⁹ “Two reasons speak for such a reconsideration. The first arises out of James Boyd White’s interesting notion of diversity discussed at the beginning of this article, a notion that has not yet received the attention it deserves. This may be, paradoxically, because the focus on the integrality of man soon changed into one on theory. The second concerns the origins of law’s reappraisal of the humanities in the 15th and 16th centuries. During this period the separation of fields of knowledge into disciplines had not yet developed into the mono-disciplinarity that came to characterize 19th-century scholarship. What we now cherish in law as contextualization and interdisciplinarity were once common property, and literary works could then operate as sources for law.” (GAAKEER, Jeanne. (Con)temporary Law. p.39.)

1.5. O MOTIVO SINGULAR E ESPECIAL PARA O DIÁLOGO COM *O GRANDE SERTÃO: VEREDAS*. “AGORA, QUE O SENHOR OUVIU, PERGUNTAS FAÇO”

“O Grande Sertão: Veredas” é, na estrutura que emprestamos da dicção popular, “uma narrativa só!”. Quando se diz que algo é “uma tristeza só!”, “um canto só!”, está-se a dizer que aquilo a que se refere é o que se diz que é (“tristeza”, “canto”, “narrativa”) por essência e por excelência.

Assim, “O Grande Sertão: Veredas” é uma narrativa só! É o travessão inicial, “- *Nonada (...)*”⁴⁰, e desata-se a narrativa. Riobaldo, personagem narrador, conta sua história sem pausas.⁴¹ O livro, portanto, sequer possui capítulos.

Mas não é a primeira vez que Riobaldo conta sua história.

De fato, ao final da narrativa, contado todo o ocorrido que suscita em Riobaldo a precisão (aqui, nos dois sentidos que a palavra concebe, de exatidão e de necessidade) de narrar, Riobaldo relata em que termos se deu seu estabelecimento, de jagunço entregue ao vagar de vinganças e justiçarias em fazendeiro de confortáveis posses.

“Eu já estava de todo bom, firme para as arremessadas, quando ali na Barbaranha se surgiu para mim igualmente a visita de seô Habão – ele com o seô Ornelas se tivessem entre tempos pacificado. Homem baseado. Demonstrou que tinha muita satisfação em me ver, assim como para mim vinha trazendo outro cavalo de presente – o qual era ruço-rodado, ordem de valor e estampa. Ali agraciado aceitei, meu sinceramente. Mas ele portava causa maior – a que tinha ido confirmar e saber, e

⁴⁰ ROSA, João Guimarães. *O Grande Sertão: Veredas*. p.9

Ainda, do livro “O Tempo em O Grande Sertão: Veredas (Um estudo entre luz e sombras)”, de Carlos Theobaldo, lemos: “*Em verdade, nonada, palavra que o próprio autor já descreveu, em carta, como “não é nada”*”¹¹⁵, nos remete a uma dúvida: se não é nada, como pode uma narrativa tão rica, em que todos os fatos e significados do sufixo -ada1 entram em ação, não ser realmente nada? Aqui começa o sutil logro que o autor propõe, como a própria vida nos faz. A vida, como o próprio infinito, o todo, o total.” (THEOBALDO, Carlos. *O tempo em Grande sertão: veredas*. p.60)

⁴¹ “O travessão que precede a primeira palavra do romance, e que só se fecha no ponto final da última página, instaura o monólogo como um dos lados de um diálogo; mas o diálogo que se contém nele é suposto. Nenhuma só vez o monólogo é interrompido para dar lugar ao interlocutor. Este entra no texto pela proposta da fala: o monólogo se dirige a um interlocutor, cuja presença na situação falada é dada já de saída pelo travessão e pelo “o senhor” que se reitera durante toda a narração.” (GALVÃO, Walnice Nogueira. *As formas do falso*. p.69-70)

agenciar, por seus bons préstimos. E era que meu padrinho Selorico Mendes acabara falecido, me abençoando e se honrando, orgulhoso de meus atos; e as duas maiores fazendas ele tinha deixado para mim, em cédula de testamento. Seô Habão queria logo me levar lá, no Curralim, no Corinto, para eu entrar em paz de posses. Rejeitei; adiei, isto é. Porquanto, de fato, fui, e tudo recebi em limpo, sem precisão de tocar demandas, por falta de outros mais legítimos herdeiros, e o que também devido dou ao advogado meu que zelou a sucessão – Dr. Meigo de Lima.”⁴²

A “paz de posses”, contudo, não é paz de consciência. E Riobaldo, em cuja consciência vige a questão de haver ou não firmado um pacto em que teria vendido sua alma, encontrou, durante os anos que separaram o passado do narrado e o presente da nova narrativa (que constitui o romance), também algum conforto de consciência nas palavras do “Compadre Quelemém”.

“Compadre meu Quelemém me hospedou, deixou meu contar minha história inteira. Como vi que ele me olhava com aquela enorme paciência – calma de que minha dor passasse; e ue podia esperar muito longo tempo. O que vendo, tive vergonha, assaz.

Mas, por fim, eu tomei coragem, e tudo perguntei:

– “O senhor acha que a minha alma eu vendi, pactário?!”

Então ele sorriu, o pronto sincero, e me vale me respondeu:

– “Tem cisma não. Pensa para diante. Comprar ou vender, às vezes, são as ações que são as quase iguais...”⁴³

E é assim que Riobaldo vive, estabelecido. Constitui família, tem amigos, tem posses.

“E sozinhozinho não estou, há-de-o. Pra não isso, hei coloquei redor meu minha gente. (...)Deixo terra com eles, deles o que é meu é, fechamos que nem irmãos. Para que eu quero ajuntar riqueza? Estão aí, de armas areiadas. Inimigo vier, a gente cruza chamado, ajuntamos: é hora dum bom tiroteiamento em paz, exp'rimentem ver. Digo isto ao senhor, de fidúcia. Também, não vá pensar em dobro. Queremos é

⁴² idem, p. 457

⁴³ ROSA, João Guimarães. *O Grande Sertão: Veredas*. p.460

trabalhar, propor sossego. De mim, pessoa, vivo para minha mulher, que tudo modo-melhor merece, e para a devoção. Bem-querer de minha mulher foi que me auxiliou, rezas dela, graças.”⁴⁴

*“Compadre meu Quelemém me dá conselhos, de tranqüilidade.”*⁴⁵

Mas Riobaldo recebe em sua casa um visitante cuja “instrução”, capacidade intelectual e titulação preza sobremaneira e, portanto, também sua companhia lhe é querida.

“Se vê que o senhor sabe muito, em idéia firme, além de ter carta de doutor. Lhe agradeço, por tanto. Sua companhia me dá altos prazeres.

Em termos, gostava que morasse aqui, ou perto, era uma ajuda. Aqui não se tem convívio que instruir. Sertão. Sab o senhor: sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar. Viver é muito perigoso.

Eh, que se vai? Jàjá? É que não. Hoje, não. Amanhã, não. Não consinto. O senhor me desculpe, mas em empenho de minha amizade aceite: o senhor fica. Depois, quinta de-manhã-cedo, o senhor querendo ir, então vai, mesmo me deixa sentindo sua falta. Mas, hoje ou amanhã, não. Visita, aqui em casa, comigo, é por três dias!”

E é a este visitante que Riobaldo reconta sua história, para uma vez mais perguntar-se acerca da existência do diabo e, portanto, acerca da possibilidade de haver firmado o tal pacto.

*“Agora, bem: não queria tocar nisso mais - de o Tinhoso; chega. Mas tem um porém: pergunto: o senhor acredita, acha fio de verdade nessa parlanda, de com o demônio se poder tratar pacto? Não, não é não? Sei que não há. Falava das favas. Mas gosto de toda boa confirmação. Vender sua própria alma... Invencionice falsa!”*⁴⁶

Mas, apesar de, em momentos como este que acabamos de citar, Riobaldo afirmar plena convicção da não existência do diabo, de fato ele não tem certeza quanto a haver ou não firmado o pacto. No último parágrafo do romance, ainda o vemos a dizer, não sem ainda expressar certo questionamento:

⁴⁴ idem. ibidem. p.21-22.

⁴⁵ id. ib. p.366

⁴⁶ ROSA, João Guimarães. *O Grande Sertão: Veredas*. p.22

“Amável o senhor me ouviu, minha idéia confirmou: que o Diabo não existe. Pois não? O senhor é um homem soberano, circunspecto. Amigos somos. Nonada. O diabo não há! É o que digo, se for...”

Aqui temos, portanto, o motivo especial, diria melhor, a inspiração para buscar o diálogo com a literatura a partir de “O Grande Sertão: Veredas”: a analogia que fazemos entre a postura de Riobaldo e a que desejamos para o direito enquanto discurso.

Queremos para o direito a postura de um discurso que recebe, em diálogos transdisciplinares como este que empreendemos, a “visita” de outros discursos, de outros saberes, e enxerga aí a oportunidade que não pode desperdiçar, de questionar “quem vem de fora” a respeito de si mesmo.

O direito enquanto discurso e com pretensões de ser ciência, encerrado no âmbito acadêmico que é o local onde esta pretensão talvez tenha, senão maior força, um de seus mais cativos redutos, vive esta experiência tão oportuna de poder, enfim, dialogar com as demais humanidades.

Ao direito, então, se lhe é dado afinal dialogar agora com a literatura, cumpre-lhe agir como Riobaldo diante de seu interlocutor instruído: que enxergue aí a ocasião privilegiada de questionar-se de novo e de novo a respeito daquilo de que não tem muita certeza. Uma certeza cuja falta lhe angustia. Questionar-se a respeito daquilo de que não está muito certo e de que carece, sempre, lhe confirmem reiteradamente as impressões que tem e que lhe permitiram ter se estabelecido e vivido até então.

Contudo, nesta oportunidade ingressamos, ambos os pés na analogia, para que o direito possa fazer, ainda, se não a pergunta mesma de Riobaldo (que questiona a existência da possibilidade do pacto e a sua condição de pactário - ESCREVER MELHOR), uma outra pergunta que também diz respeito ao pacto, mas na qual o direito questione em que medida não é, ele próprio, pacto. E questione, ainda, as consequências de “ser pacto” para a possibilidade de que ele mesmo, o direito, tenha qualquer coisa que ver com a justiça.

Antes, porém, de formularmos estas questões da parte do direito, voltemo-nos à narrativa para melhor compreender que idéia de pacto é esta à qual o questionar constante de Riobaldo se dirige.

2. O PACTO EM “O GRANDE SERTÃO: VEREDAS”: “*DIGO AO SENHOR: TUDO É PACTO. TODO CAMINHO DA GENTE É RESVALOSO.*”

2.1. RECONTANDO A HISTÓRIA: “*OU CONTO MAL? RECONTO.*”

A tarefa a que nos propomos, de recontar a história, ainda que de forma resumida, pareceu-nos necessária, primeiro, para que possamos aproximar-nos da idéia de pacto compreendendo melhor o significado e dimensão desta questão para Riobaldo, o que, se espera, permita-nos formular, com elementos mais refinados, a mesma questão para pensar o direito; segundo, para permitir que mesmo alguém que não tenha ingressado por estas veredas d’“O Grande Sertão”, possa também sentir a força e as implicações do questionamento de Riobaldo. Possa entender o que está em jogo, ou melhor, o que pode ter estado em jogo e talvez não mais esteja. E é para que o direito possa questionar, a respeito de si mesmo, uma questão análoga à de Riobaldo, e com a força do questionamento deste, que talvez se justifique o atalho à história que este recontar pode representar para quem não haja lido o romance.

De fato, cremos que as questões envolvendo o pacto em “O Grande Sertão: Veredas” estão colocadas em termos tão proveitosos para o pensar do direito, que justificaria o não atendimento a um pedido do próprio Guimarães Rosa, feito ao final de uma nota, por ele mesmo redigida para anunciar a obra em uma orelha de um outro seu livro:

*“Aos leitores, e aos que escreverem sobre este livro, pede-se não revelar a sequência de seu enredo, a fim de não privarem os demais do prazer da descoberta do GRANDE SERTÃO: VEREDAS.”*⁴⁷

⁴⁷ *O Grande Sertão*, última página de nossa edição.

Portanto, àqueles para quem o recontar da história que se segue seja o primeiro contato com este enredo, dirijo nossas mais sentidas desculpas pela eventual privação “do prazer da descoberta do GRANDE SERTÃO” que o breve resumo que se fará do enredo possa significar.

E asseguramos que o nosso “recontar” terá por critério, como já se disse, resgatar da narrativa o estrito necessário à compreensão das questões que envolvem a grande inquietação de Riobaldo a respeito de haver ou não sagrado o pacto.

Por isso, esperamos que o nosso recontar não venha a significar a privação da descoberta, que João Guimarães Rosa não quis que nenhum de seus leitores sofresse.

A narrativa de Riobaldo que, como já dissemos, principia com o travessão inicial e flui ininterrupta a partir daí até o final - contada a história, terminado o livro - não segue uma ordem a que chamaríamos cronológica. É uma narrativa que flui, ao sabor das lucubrações do próprio personagem-narrador, cadenciada e entrecortada como um falar que se desata, disposto a contar detalhadamente uma longa história.

Em seu livro “As Formas do Falso”, Walnice Nogueira Galvão descreve muito eloqüentemente o caráter de narrador atento à própria narrativa que é o de Riobaldo. Assim, quanto ao encadeamento dos eventos na narrativa, à ordem das coisas narradas, lemos:

*“Que o viver é caótico, confuso, desordenado, o narrador menciona constantemente. Para impor uma ordenação à vida, porque esta já passou, mas ao que dela restou na memória, é preciso refletir sobre ela e torná-la texto. “A vida não dá demora em nada” (GSV, 226), é o que diz Riobaldo. “Mesmo o que estou contando, depois é que eu pude reunir lembrado e verdadeiramente entendido” (GSV, 133).”*⁴⁸

São do próprio Riobaldo, portanto, as considerações acerca da ordem que a narrativa vai tomando, em contraste eloqüente com uma ordem cronológica. Destas considerações, trazemos:

“A lembrança da vida da gente se guarda em trechos diversos, cada um com seu signo e sentimento, uns com os outros acho que nem não misturam. Contar seguido, alinhavado, só mesmo sendo as coisas de rasa importância. De cada vivimento que eu real tive, de alegria forte ou pesar, cada vez daquela hoje vejo que eu era como se fosse diferente pessoa. Sucedido desgovernado. Assim eu acho, assim

⁴⁸ GALVÃO, Walnice Nogueira. *As formas do falso*. p.89. Páginas correspondentes na edição do GSV que utilizamos: 182 e 108.

eu conto. O senhor é bondoso de me ouvir. Tem horas antigas que ficaram muito mais perto da gente do que outras, de recente data. O senhor mesmo sabe.”⁴⁹

Riobaldo reconhece um espaço para o equívoco, para o falsear da memória:

*“Ah, mas falo falso. O senhor sente? Desmente? Eu desminto. Contar é muito, muito dificultoso. Não pelos anos que se já passaram. Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas – de fazer balancê, de se remexerem dos lugares. O que eu falei foi exato? Foi. Mas teria sido? Agora, acho que nem não. São tantas horas de pessoas, tantas coisas em tantos tempos, tudo miúdo recruzado.”*⁵⁰

Entretanto, à argúcia de Riobaldo não escapa a razão pela qual privilegia, pela antecipação ou detalhamento no narrado, este ou aquele evento. E aqui talvez coincidamos, na medida em que ambos, nós e Riobaldo, intentamos precisamente formular o inquietante e sempre renovado questionamento acerca do pacto.

*“Mas, para mim, o que vale é o que está por baixo ou por cima – o que parece longe e está perto, ou o que está perto e parece longe. Conto ao senhor é o que eu sei e o senhor não sabe; mas principal quero contar é o que eu não sei se sei, e que pode ser que o senhor saiba.”*⁵¹

Assim, suspendamos, por ora, o questionamento acerca do pacto. Pactuemos em suspender a questão para, logo adiante, já conhecendo a trajetória de Riobaldo, tendo contado o que sabemos, podermos entender a inquietação questionadora de Riobaldo e contar o que não sabemos se sabemos, mas que pode ser que se saiba.

Riobaldo, no presente da narração que é o próprio livro, conhece sua filiação. Mas, de criança, não sabia quem era seu pai, razão pela qual a primeira notícia que nos dá de sua mãe e de seu nascimento, aparece num momento da narrativa em que o seu pensar lhe sugere a idéia de não ter tido pai.

⁴⁹ O Grande Sertão, p.77-78.

⁵⁰ O Grande Sertão, p.142.

Sobre esse dizer de Riobaldo, WALNICE comenta: “Compare-se o leitmotiv da narração - ‘Viver é muito perigoso’ - com êste “Contar é muito, muito dificultoso”: frases de sintaxe paralela, êsse paralelismo ilumina-as mutuamente. O existir e o narrar dão-se ambos como emprêsas árduas, que a cada instante podem assumir as formas do falso, desencaminhando a prática do sujeito.” (GALVÃO, ob. cit., p.86)

⁵¹ O Grande Sertão: p.175

“Por mim, o que pensei, foi: que eu não tive pai; quer dizer isso, pois nem eu nunca soube autorizado o nome dele. Não me envergonho, por ser de escuro nascimento. Órfão de conhecimento e de papéis legais, é o que a gente vê mais, nestes sertões. Homem viaja, arrancha, passa: muda de lugar e de mulher, algum filho é o perdurado. Quem é pobre, pouco se apegas, é um giro-ogiro no vago dos gerais, que nem os pássaros de rios e lagoas. - e é por reconhecer uma sua identidade com a realidade que compreende ser tão comum ao povo “destes sertões”, que prossegue - O senhor vê: o Zé-Zim, o melhor meeiro meu aqui, risonho e habilidoso. Pergunto: – “Zé-Zim, por que é que você não cria galinhas-d’angola, como todo o mundo faz?” – “Quero criar nada não...” – me deu resposta: – “Eu gosto muito de mudar...” Está aí, está com uma mocinha cabocla em casa, dois filhos dela já tem. Belo um dia, ele tora. É assim. Ninguém discrepa. Eu, tantas, mesmo digo. Eu dou proteção. Eu, isto é – Deus, por baixos permeios... - a proteção, o que o leva a mencionar, pela primeira vez, sua mãe e o lugar onde nasceu - Essa não faltou também à minha mãe, quando eu era menino, no sertãozinho de minha terra – baixo da ponta da Serra das Maravilhas, no entre essa e a Serra dos Alegres, tapera dum sítio dito do Caramujo, atrás das fontes do Verde, o Verde que verte no Paracatu. Perto de lá tem vila grande – que se chamou Alegres – o senhor vá ver.”⁵²

Ainda neste momento narrativo, Riobaldo prossegue afirmando reter boa memória dos tempos de infância, que considera ter sido boa. Exceto que não sente saudade pois afirma que sua memória mais remanescente é a de um certo ódio que sentiu.

“Assim é que digo: eu, que o senhor já viu que tenho retentiva que não falta, recordo tudo da minha meninice. Boa, foi. Me lembro dela com agrado; mas sem saudade. Porque logo sufusa uma aragem dos acasos. Para trás, não há paz. O senhor sabe: a coisa mais alonjada de minha primeira meninice, que eu acho na memória, foi o ódio, que eu tive de um homem chamado Gramacedo... Gente melhor do lugar eram todos dessa família Guedes, Jidião Guedes; quando saíram de lá, nos trouxeram junto,

⁵² O Grande Sertão: p.35

Segue-se a este trecho, breve exortação de Riobaldo ao absurdo que constitui os lugares mudarem de nome, ao qual retornaremos na abordagem de determinados aspectos do pacto.

minha mãe e eu. Ficamos existindo em território baixio da Sirga, da outra banda, ali onde o de-Janeiro vai no São Francisco, o senhor sabe. Eu estava com uns treze ou quatorze anos...”

Aí, portanto, a primeira migração de Riobaldo, que o levou a um lugar, o rio “de-Janeiro”, e a um tempo, os seus “treze ou quatorze anos”, quando e onde outro evento decisivo toma lugar.

“Foi um fato que se deu, um dia, se abriu. O primeiro. Depois o senhor verá por quê, me devolvendo minha razão.

Se deu há tanto, faz tanto, imagine: eu devia de estar com uns quatorze anos, se. Tínhamos vindo para aqui – circunstância de cinco léguas – minha mãe e eu. No porto do Rio-de-Janeiro nosso, o senhor viu. Hoje, lá é o porto do seo Josozinho, o negociante. Porto, lá como quem diz, porque outro nome não há. Assim sendo, verdade, que se chama, no sertão: é uma beira de barranco, com uma venda, uma casa, um curral e um paiol de depósito.

(...)

Aí pois, de repente, vi um menino, encostado numa árvore, pitando cigarro. Menino mocinho, pouco menos do que eu, ou devia de regular minha idade.

(...)

Mas eu olhava esse menino, com um prazer de companhia, como nunca por ninguém eu não tinha sentido. Achava que ele era muito diferente, gostei daquelas finas feições, a voz mesma, muito leve, muito aprazível. Porque ele falava sem mudança, nem intenção, sem sobejo de esforço, fazia de conversar uma conversinha adulta e antiga.”⁵³

O menino é o Reinaldo, e embora Riobaldo ainda não lhe saiba o nome, ao inquirir o menino sobre sua coragem, devido a uma situação de perigo que os dois enfrentam, Riobaldo escuta uma informação que considera essencial:

⁵³ O Grande Sertão: p.80 e 81

Iremos, aqui, fazer apenas breve menção aos eventos que queremos destacar. O ocorrido exato em cada um deles, assim como todos os detalhes e a riqueza da narrativa roseana, ficam de fora, inclusive, como forma de preservar o “*prazer da descoberta*”, que o próprio Guimarães Rosa solicitou não se privasse dos que ainda não leram o romance.

“ - ‘Você é valente sempre?’ - em hora eu perguntei. O menino estava molhando as mãos na água vermelha, esteve tempo pensando. Dando fim, sem me encarar, declarou assim: - ‘Sou diferente de todo o mundo. Meu pai disse que eu careço de ser diferente, muito diferente...’ E eu não tinha medo mais. Eu? O sério pontual é isto, o senhor escute, me escute mais do que eu estou dizendo; e escute desarmado. O sério é isto, da estória toda - por isto foi que a estória eu lhe contei -: eu não sentia nada. Só uma transformação, pesável. Muita coisa importante falta nome.”⁵⁴

Neste momento da narrativa, Riobaldo está dedicado a reconstituir tais eventos da infância, e é assim que prossegue:

“Adiante? Conto. O seguinte é simples. Minha mãe morreu - apenas a Bigrí, era como ela se chamava. Morreu, num dezembro chovedor, aí foi grande a minha tristeza. Mas uma tristeza que todos sabiam, uma tristeza do meu direito. De desde, até hoje em dia, a lembrança de minha mãe às vezes me exporta. Ela morreu, como a minha vida mudou para uma segunda parte.”⁵⁵

Riobaldo é, então, levado para a casa de seu padrinho Selorico Mendes.

“Até que um vizinho caridoso cumpriu de me levar, por causa das chuvas numa viagem durada de seis dias, para a Fazenda São Gregório, de meu padrinho Selorico Mendes, na beira da estrada boiadeira, entre o rumo do Curralinho e o do Bagre, onde as serras vão descendo. Tanto que cheguei lá, meu padrinho Selorico Mendes me aceitou com grandes bondades. Ele era rico e somítico, possuía três fazendas-degado. Aqui também dele foi, a maior de todas.”⁵⁶

Selorico Mendes, homem de posses que era, já havia tido relações mais estreitas com a jagunçagem.⁵⁷ É ele, portanto, que introduz Riobaldo no meio jagunço e o ensina a atirar bem.

⁵⁴ O Grande Sertão: p.85 e 86

⁵⁵ O Grande Sertão: p.87

⁵⁶ idem. p.87

⁵⁷ sobre a estreita relação entre a propriedade fundiária e a atividade dos jagunços, lemos em Walnice Nogueira Galvão: “Cada fazendeiro com seus chefiados, em guerra privada: a unidade econômica mínima é também a unidade mínima do poder político no Brasil rural. Célula econômica com sua própria força armada, vai desembocar necessariamente na disputa do poder político. Na passagem da colônia para país independente, com a criação formal de um quadro de instituições para o exercício eleitoral-representativo do poder político, tais células entraram intactas nesse quadro.” (GALVÃO, Walnice Nogueira. op. cit.. p.44)

*“Meu padrinho Selorico Mendes era muito medroso. Contava que em tempos tinha sido valente, se gabava, goga, Queria que eu aprendesse a atirar bem, e manejar porrete e faca. Me deu logo um punhal me deu uma garrucha e uma granadeira. Mais tarde, me deu até um fação enterçado, que tinha mandado forjar para próprio, quase do tamanho de espada e em formato de folha de gravatá”*⁵⁸

É Selorico Mendes, também, que provê instrução a Riobaldo, uma formação sobre a qual seria proveitoso podermos nos deter, mas que resumiremos nas locuções de Riobaldo:

“Mas eu não sabia ler. Então meu padrinho teve uma decisão: me enviou para o Curralinho, para ter escola e morar em casa de uma amigo dele, Nhô Maroto, cujo Gervásio Lé de Ataíde era o verdadeiro nome social. (...) Vai, acontece, ele me disse: - “Baldo, você carecia mesmo de estudar e turar carta-de-doutor, porque para cuidar do trivial você jeito não tem. Você não é habilidoso.” Isso que ele me disse me impressionou, que de seguida formei em pergunta, ao Mestre Lucas. (...) Assim Mestre Lucas me respondeu: “É certo. Mas o mais certo de tudo é que um professor de mão-cheia você dava...” E, desde o começo do segundo ano, ele me determinou de ajudar no corrido da instrução, eu explicava aos meninos menores as letras e a tabuada.”

Ali, no Curralinho, Riobaldo passa a adolescência, tem as experiências de amizade e dos primeiros relacionamentos amorosos. *“Aí, namorei falso, asnaz, ah essas meninas por nomes de flores.”*⁵⁹

Neste sentido, ainda, lemos nesta mesma precisa passagem, fala de Selorico Mendes, que nos reporta Riobaldo: *“Ah, a vida vera é outra, do cidadão do sertão. Política! Tudo política, e potentes chefiadas. A pena, que aqui já é terra avinda concorde, concice de paz, e sou homem particular. Mas, adiante, por aí arriba, ainda fazendeiro graúdo se reina mandador - todos donos de agregados valentes, turmas de cabras do trabuco e na carabina escopetada! (...) Nisto que na extrema de cada fazenda some e surge um camarada, de sentinela, que sobraça o pau-de-fogo e vigia feito onça que come carcaça. Ei. Mesma coisa no barranco do rio, e se descer esse São Francisco, que aprova, cada lugar é só de um grande senhor, com sua família geral, seus jagunços mil, ordeiros: ver São Francisco da Arrelia, Januária, Carinhanha, Urubu, Pilão Arcado, Chique-Chique e Sento-Sé.”* (O Grande Sertão: p.88)

⁵⁸ O Grande Sertão: p.88)

⁵⁹ O Grande Sertão: p.89

2.2. RIOBALDO, A CERTEZA NENHUMA: “A CONVERSA DOS ASSUNTOS PARA MIM MAIS IMPORTANTES AMOLAVA O JUÍZO DOS OUTROS, CACETEAVA. EU NUNCA TINHA CERTEZA DE COISA NENHUMA.”

Riobaldo é um ser em aberto. Durante todo o tempo a que remete o narrado, assim como no presente da narração, saltam aos olhos todos os muitos e diversos momentos em que assume sua condição de ser que não sabe.

Desde a célebre dicção: “*Eu quase que nada não sei. Mas desconfio de muita coisa.*”⁶⁰, dirigida ao interlocutor e dita no presente da narrativa, até o momento em que Diadorim propõe que ambos pensem nos seus queridos já mortos: ““*Olha, Riobaldo*” – *me disse* – “*nossa destinação é de glória. Em hora de desânimo, você lembra de sua mãe; eu lembro de meu pai...*” Não fale nesses, Diadorim... Ficar calado é que é falar nos mortos... Me faltou certeza para responder a ele o que eu estava achando.”⁶¹

Nesta passagem, inclusive, vemos Riobaldo renunciar à própria filiação, para reivindicar proteção à Ana Duzuza, feiticeira que o bando se detém a consultar antes da primeira tentativa de travessia do Liso do Sussuarão. Momento, lembre-se, em que Riobaldo toma ciência de que Diadorim era filho de Joca Ramiro.

“*Que Diadorim fosse o filho, agora de vez me alegrava, me assustava. Vontade minha foi declarar: – Redigo, Diadorim: estou com você, assente, em todo sistema, e com a memória de seu pai!... Mas foi o que eu não disse. Será por quê? Criatura gente é não e questão, corda de três tentos, três tranços. – “Pois, para mim, pra quem ouvir, no fato essa Ana Duzuza fica sendo minha mãe!” – foi o que eu disse. E, fechando, quase gritei: – “Por mim, pode cheirar que chegue o manacá: não vou! Reajo dessas barbaridades!...*”⁶²

E, aí, no trecho que se segue, o não-saber maior de Riobaldo, que é o desconhecer o sexo de Diadorim, lição maior que o personagem teve de aprender

⁶⁰ *O Grande Sertão*: p.15

⁶¹ *O Grande Sertão*: p.38

⁶² *O Grande Sertão*: p.32

somente com a morte do amigo e que, conforme veremos, pode ter sido o preço do pacto.

*“Tudo turbulindo. Esperei o que vinha dele. De um aceso, de mim eu sabia: o que compunha minha opinião era que eu, às loucas, gostasse de Diadorim, e também, recesso dum modo, a raiva incerta, por ponto de não ser possível dele gostar como queria, no honrado e no final. - e mais adiante, no mesmo parágrafo - Há-de que eu certo não regulasse, ôxe? Não sei, não sei.”*⁶³

Este trecho é, de fato, bastante revelador, pois aí aparece, um dos raros momentos em que Riobaldo se questiona, ele mesmo, acerca da conveniência de se estar a narrar história tão detalhada e íntima a um forasteiro. Assim, vemos Riobaldo prosseguir em suas considerações sobre o incidente e, de resto, sobre seu impasse em relação a Diadorim:

*“Não devia de estar relembando isto, contando assim o sombrio das coisas. Lenga-lenga! Não devia de. O senhor é de fora, meu amigo mas meu estranho. Mas, talvez por isto mesmo. Falar com o estranho assim, que bem ouve e logo longe se vai embora, é um segundo proveito: faz do jeito que eu falasse mais mesmo comigo. Mire veja: o que é ruim, dentro da gente, a gente perverte sempre por arredar mais de si. Para isso é que o muito se fala?”*⁶⁴

Também a condição de jagunço é motivo de muitos questionamentos e rodeios para Riobaldo. A par de quando deixa o bando de Zé Bebelo sem motivação aparente, Riobaldo constantemente se questiona sobre a existência de uma justificativa para todas as guerras e todo o sangue derramado e, portanto, o pensamento de fuga e de abandonar a jagunçagem lhe visita constantemente.

(...)

De fato, a razão predominante para a existência dos grupos armados de jagunços era a defesa de terras pertencentes a senhores que reuniam tais bandos para a defesa de suas glebas.

⁶³ *O Grande Sertão*: p. 33

⁶⁴ *O Grande Sertão*: p. 33

*Ele me viu afinar mira, uma vez, e me louvou, por eu, de nascença, saber tão bem, na horinha, segurar de não respirar. Mesmo dizia: – **“Senhor atira bem, porque atira com espírito. Sempre o espírito é que acerta***

2.3. APONTAMENTOS SOBRE O PACTO EM O GRANDE SERTÃO: VEREDAS: “EU OUVI AQUILO DEMAIS. O PACTO! SE DIZ – O SENHOR SABE.”

2.3.1.CONDIÇÕES, CIRCUNSTÂNCIAS E PREÇO DO PACTO

As primeiras impressões acerca do estado de pactário, incluem uma resolução da questão da jagunçagem.

*“Aí mesmo, no momento, fui ecogitando: **que a função do jagunço não tem seu que, nem p’ra que.** Assaz a gente vive, assaz alguma vez raciocina. Sonhar, só, não. O demônio é o Dos Fins, o Austero, o Severo-Mor. Aporro! Sabendo que, de lá em diante, jamais nunca eu não sonhei mais, nem pudesse; aquele jogo fácil de costume, que de primeiro antecipava meus dias e noites, perdi pago. Isso era um sinal? Porque os prazos principiavam... E, o que eu fazia, era que eu pensava sem querer, o pensar de novidades. Tudo agora reluzia com clareza, ocupando minhas idéias, e de tantas coisas passadas diversas eu inventava lembrança, de fatos esquecidos em muito remoto, neles eu topava outra razão; sem nem que fosse por minha própria vontade. Até eu não puxava por isso, e pensava o qual, assim mesmo, quase sem esbarrar, o todo tempo.”*

“Como é que se pode gostar do verdadeiro no falso? Amizade com ilusão de desilusão. Vida muito esponjosa. Eu passava fácil, mas tinha sonhos, que me afadigavam. Dos de que a gente acorda devagar. O amor? Pássaro que põe ovos de ferro. Pior foi quando peguei a levar cruas minhas noites, sem poder sono. Diadorim era aquela estreita pessoa – não dava de transparecer o que cismava profundo, nem o que presumia. Acho que eu também era assim. Dele eu queria saber? Só se queria e não queria.”

2.3.2. A DÚVIDA QUANTO AO PACTO “O PACTO NENHUM – NEGÓCIO NÃO FEITO. A PROVA MINHA, ERA QUE O DEMÔNIO MESMO SABE QUE ELE NÃO HÁ, SÓ POR SÓ, QUE CARECE DE EXISTÊNCIA.”

“Será que pode também ser que tudo é mais passado revolvido remoto, no profundo, mais crônico: que, quando um tem noção de resolver a vender a alma sua, que é porque ela já estava dada vendida, sem se saber; e a pessoa sujeita está só é certificando o regular dalgum velho trato que já se vendeu aos poucos, faz tempo? Deus não queira; Deus que roda tudo!”

“– “Duvidar, seô Habão, o senhor conhece meu pai, fazendeiro Senhor Coronel Selorico Mendes, do São Gregório?!” Pensei que ele nem fosse acreditar. Mas, juro ao senhor: ele me olhou com muitos outros olhos. Aquele olhar eu agüentei, facilitado. Seô Habão sacudia”

Mas Riobaldo alterna entre o questionamento da existência do diabo “solto, por si, cidadão”⁶⁵ e o questionamento da possibilidade de “se contratar pacto com ele”:

“e as idéias instruídas do senhor me fornecem paz. Principalmente a confirmação, que me deu, de que o Tal não existe;

Talvez Riobaldo já tivesse esse destino traçado pois, antes de pactuar, já renegara Diadorim quando se apresentava a Otacília:

“E ela queria saber tudo de mim, mais ainda me perguntava. – “Donde é mesmo que o senhor é, donde?” Se sorria. E eu não medi meus alforjes: fui contando que era filho de Seô Selorico Mendes, dono de três possosas fazendas, assistindo na São Gregório. E que não tinha em minhas costas crime nenhum, nem estropelias, mas que somente por cálculos de razoável política era que eu vinha conduzindo aqueles jagunços, para Medeiro Vaz, o bom foro e patente fiel de todos estes Gerais. Aqueles? Diadorim e os outros? Eu era diferente deles. Fiquei esperando o que ela desse em resposta. Nem

⁶⁵ O Grande Sertão: p.11

nada não acreditava? Mas Otacília mudou para séria a feição do rosto, não queria mais de minha vida só assim meamente indagar. Os de todos lindos olhos dela estavam me assinalando o céu com essas nuvens. Eu tinha renegado Diadorim, travei o que tive vergonha.”

“Meu era um alívio. Mesmo não duvidei de meu menos valer: alguém lá tem a feição do rosto igualzinha à minha? Eh, de primeiro meu coração sabia bater copiando tudo. Hoje, eu desconheço o arruído rumor das pancadas dele. Diadorim veio para perto de mim, falou coisas de admiração, muito de afeto leal. Ouvi, ouvi, aquilo, copos a fora, mel de melhor. Eu precisava. Tem horas em que penso que a gente carecia, de repente, de acordar de alguma espécie de encanto. As pessoas, e as coisas, não são de verdade! E de que é que, a miúde, a gente adverte incertas saudades? Será que, nós todos, as nossas almas já vendemos? Bobéia, minha. E como é que havia de ser possível?

(antes de contar como conheceu Diadorim:)

“Sendo isto. Ao doido, doideiras digo. Mas o senhor é homem sobrevivendo, sensato, fiel como papel, o senhor me ouve, pensa e repensa, e rediz, então me ajuda. Assim, é como conto. Antes conto as coisas que formaram passado para mim com mais pertença. Vou lhe falar. Lhe falo do sertão. Do que não sei. Um grande sertão! Não sei. Ninguém ainda não sabe. Só umas raríssimas pessoas – e só essas poucas veredas, veredazinhas. O que muito lhe agradeço é a sua fineza de atenção.”

“Hoje, mudou de nome, mudaram. Todos os nomes eles vão alterando. É em senhas. ... precisava de se ter mais travação. Senhor sabe: Deus é definitivamente; o demo é o contrário dele.”

“Hem?! Olhe: conto ao senhor. Se diz que, no bando de Antônio Dó, tinha um grado jagunço, bem remediado de posses – Davidão era o nome dele. Vai, um dia, coisas dessas que às vezes acontecem, esse Davidão pegou a ter medo de morrer. Safado, pensou, propôs este trato a um outro, pobre dos mais pobres, chamado Faustino: o Davidão dava a ele dez contos de réis, mas, em lei de caborje – invisível no sobrenatural – chegasse primeiro o destino do Davidão morrer em combate, então era o Faustino quem morria, em vez dele. E o Faustino aceitou, recebeu, fechou. Parece que, com efeito, no poder de feitiço do contrato ele muito não acreditava. Então, pelo seguinte, deram um grande fogo, contra os soldados do Major Alcides do Amaral, sitiado forte em São Francisco. Combate quando findou, todos os dois estavam vivos, o Davidão e o...”

Não me assente o senhor por beócio. Uma coisa é pôr idéias arranjadas, outra é lidar com país de pessoas, de carne e sangue, de mil-e-tantas misérias... Tanta gente – dá susto de saber – e nenhum se sossega: todos nascendo, crescendo, se casando, querendo colocação de emprego, comida, saúde, riqueza, ser importante, querendo chuva e negócios bons... De sorte que carece de se escolher: ou a gente se tece de viver no safado comum, ou cuida só de religião só. Eu podia ser: padre sacerdote, se não chefe de jagunços; para outras coisas não fui parido. Mas minha velhice já principiou, errei de toda conta. E o reumatismo... Lá como quem diz: nas escorvas. Ahã.

3. O APORTE AO DIREITO “AH, É UMA IDÉIA QUE VALE, ORA VEJA! ISSO A GENTE TEM DE CONCEBER TAMBÉM, É O BOM EXEMPLO PARA SE APROVEITAR...”

3.1. O DIREITO INSTITUÍDO COMO PACTO

3.2. PACTO COMO CESSAR DA DESCONSTRUÇÃO

*“Você, que não cede nenhum valor à alma, você, Lacrau, era capaz de fechar desse pacto?” – eu indaguei. – “Ah, não, mano, **quero lá não navegar por detrás das coisas...**”*

3.3. DESCONSTRUÇÃO E A POSSIBILIDADE DE JUSTIÇA

CONCLUSÃO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÍBLIA

FOUCAULT, Michel. A Microfísica do Poder.

FREUD, Sigmund. *Interpretation of Dreams*. p. 8. traduzimos

GAAKEER, Jeanne. (Con)temporary Law. *European Journal of English Studies* Vol. 11. Abril, 1997

GALVÃO, Walnice Nogueira. *As formas do falso*. p.12

GUYORA, Binder. *Literary criticism of law*./Guyora Binder e Robert Weisberg. Princeton University Press, 2000

JUNG, Carl. O Homem e seus símbolos. p.20

LEITE, Eduardo de Oliveira. *A Monografia Jurídica*

OST, François, *Contar a Lei*.

REALE, Miguel. *Lições preliminares de direito*. p. 142

ROSA, João Guimarães. *O Grande Sertão: Veredas*. p.20